



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140761 - AL (2021/0000779-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : GENECIR AMANCIO DA SILVA FILHO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GENECIR AMANCIO DA SILVA FILHO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (*Habeas Corpus* n. 0808275-10.2019.8.02.0000).

O recorrente foi preso em flagrante como incurso no crime de roubo majorado, previsto no art. 157, § 2º, II, do Código penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, carecendo de motivos concretos que justifiquem o encarceramento provisório pelo suposto risco à ordem pública ou ao regular transcurso da instrução processual.

Afirma, ainda, que estão presentes os requisitos para a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do mesmo diploma legal.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão e a expedição do alvará de soltura em seu favor, com aplicação das medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor se extrai (fls. 82-84):

Da leitura do excerto acima transcrito, verifica-se que a prisão preventiva foi decretada com base na necessidade de garantia da ordem pública, da conveniência da instrução criminal e da aplicação da lei penal, notadamente diante do risco concreto de que o paciente, caso seja posto em liberdade, torne a delinquir, tendo em vista que o mesmo possui condenação anterior transitada em julgado, inclusive com execução penal em andamento, além de responder a outros processos

criminais.

[...]

Ou seja, pouquíssimo tempo após sair do regime fechado — durante o cumprimento de pena relativa ao cometimento de crime o patrimônio — , Genecir Amâncio da Silva Filho tornou a ser preso em flagrante, pela suposta prática de ilícito penal idêntico.

Tais fatos denotam a nítida inclinação do paciente à reiteração delitiva, evidenciam a sua periculosidade e demonstram a insuficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas, circunstâncias reconhecidamente aptas a ensejar a segregação processual, como se depreende de inúmeras decisões proferidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, na mesma linha do acórdão a seguir ementado:

[...]

Logo, apesar do esforço argumentativo engendrado pelos impetrantes, constata-se a inexistência de irregularidade quanto à motivação lançada pela autoridade apontada como coatora, uma vez que a decretação da segregação processual do paciente se pautou em elementos concretos e idôneos, havendo razões suficientes para decidir pela impossibilidade de aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente